



MP pede que Maluf devolva US\$ 165 milhões desviados de obras

O Ministério Público de São Paulo quer que a família Maluf seja condenada a devolver US\$ 165 milhões. Dois promotores de Justiça ingressaram nesta segunda-feira (3/8) com Ação Civil Pública contra o ex-prefeito, sua mulher, Sylvia Maluf, e os filhos Flávio, Otávio, Lígia e Lina. Ainda foram incluídos na ação Jacqueline de Lourdes Coutinho Torres, ex-mulher de Flávio, três empresas *offshore* sediadas nas Ilhas Virgens Britânicas e a Eucatex, empresa da família Maluf.

Na ação, os promotores Sílvio Antonio Marques e Saad Mazloum pedem que todos os acusados sejam obrigados a devolver mais de R\$ 300 milhões. De acordo com os promotores, o valor é resultado de superfaturamento de obras públicas, que foi ilegalmente remetido ao exterior e utilizado para a compra de ações da Eucatex, em um esquema fraudulento envolvendo doleiros e laranjas.

A ação tem 120 páginas e 277 volumes de documentos, totalizando cerca de 55 mil páginas que, segundo os promotores, comprovam o esquema investigado pelo Ministério Público desde julho de 2001. Para os promotores, os documentos mostram que, entre 1993 e 1998, o hoje deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) desviou cerca de US\$ 160 milhões dos cofres públicos municipais.

Os promotores afirmam que o desvio foi feito por meio de superfaturamento de preços das obras da Avenida Água Espraiada (hoje Avenida Jornalista Roberto Marinho) e do Túnel Ayrton Senna, ambas feitas quando Maluf era prefeito de São Paulo (1992-96). Segundo a promotoria, Maluf recebeu recursos indevidamente até dois anos depois de ter deixado o cargo.

De acordo com o MP, o dinheiro foi remetido ilegalmente para contas secretas no exterior, especialmente em bancos dos Estados Unidos, Suíça, Inglaterra, Ilhas Jersey, França e Luxemburgo, por meio de empresas *offshore* controladas por familiares de Maluf. Entre 1997 e 1998, a maior parte desse dinheiro retornou ao Brasil, na forma de investimento, diz o MP.

Documentos enviados pelos países em que as operações foram feitas mostram que fundos de investimento controlados pelas empresas *offshore* da família Maluf adquiriram ações da Eucatex, empresa de Maluf no Brasil, diz o MP. Ainda de acordo com o Ministério Público, outros valores foram repatriados por meio de empréstimo, compra de valores mobiliários e pagamento de adiantamento a contrato de exportação, todos favorecendo a Eucatex. A operação movimentou mais de US\$ 165 milhões, o correspondente a mais de R\$ 310 milhões, diz o MP. Toda a movimentação do dinheiro foi rastreada com a colaboração de governos estrangeiros, por meio de cooperação jurídica internacional inaugurada com essa investigação.

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo ajuizou, no início da noite desta segunda (3/8), um Pedido de Auxílio Direto à Inglaterra, com base na Convenção da Organização das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção de Mérida), o que resultou no envio de milhares de documentos. Durante anos, a documentação foi analisada por assistentes técnicos do Centro de Apoio Operacional às Execuções (Caex) do Ministério Público, coordenados por Mônica Szegede Semeraro, especialista em administração pública e administração de empresas, resultando em um parecer técnico de 250 páginas que está anexado à ação, junto com os 277 volumes de documentos reunidos ao longo dos



últimos oito anos.

As investigações do Ministério Público sobre o esquema de corrupção envolvendo o ex-prefeito Paulo Maluf começaram em 2001, quando foi instaurado um inquérito civil. As apurações resultaram em seis ações cautelares, por meio da qual foi obtida a quebra do sigilo fiscal e bancário de Maluf e de seus familiares. Em 2004, o Ministério Público moveu uma ação de improbidade que resultou no bloqueio judicial dos bens da família Maluf, decisão mantida pelo Tribunal de Justiça, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal.

Os documentos obtidos pelo MP nessas ações levaram a prefeitura de São Paulo a propor ação judicial para a obtenção de mais documentação, na qual Maluf foi condenado. O ex-prefeito também foi indiciado, juntamente com o filho Flávio e outras três pessoas, pela Promotoria de Nova York, que conseguiu na Justiça norteamericana a decretação da prisão de todos eles, ainda em vigor. Maluf e familiares também tiveram dinheiro bloqueado nas Ilhas Jersey, onde foram indiciados.

Na ação impetrada nesta segunda-feira, os promotores pedem a repatriação e devolução dos mais de US\$ 165 milhões, bem como o congelamento de bens dos envolvidos no Brasil e nas Ilhas Jersey.

Date Created

03/08/2009